

BANCÁRIOS NA LUTA

Ano V | 18 de Outubro de 2021 | Nº 129

JORNAL DO SINDICATO DOS BANCÁRIOS E FINANCIÁRIOS DE BAURU E REGIÃO

UMA ENTIDADE FILIADA À 

Sindicato realiza protesto contra fechamento de agência do Bradesco da Rui Barbosa, em Bauru

Entidade também denuncia que banco ainda não cumpriu liminar que determinou a reintegração de 43 funcionários demitidos durante a pandemia; multa diária por descumprimento é de R\$ 50 mil



O **Sindicato dos Bancários de Bauru e Região** realizou na manhã do dia 14, um protesto contra o fechamento da agência do Bradesco localizada na Praça Rui Barbosa, no Centro da cidade. A agência, que possui grande fluxo de clientes e usuários, será fechada no dia 22 de outubro. Atualmente, o mesmo prédio onde fica a agência abriga ainda o Bradesco Prime.

Há alguns meses, o **Sindicato** tentou negociar com o banco para que o local não fosse fechado, afirmando que a agência Centro, localizada na rua Ezequiel Ramos, ficaria ainda mais sobrecarregada – o local registra constantemente longas filas - mas o Bradesco seguiu irredutível.

Diante da negativa, a entidade se reuniu no final de agosto com o gerente regional do Bradesco, Fumagalli, que afirmou que todos os clientes da Rui Barbosa serão transferidos para a agência Centro, mas, em relação aos

clientes Prime, o banco ainda estuda se vai criar um espaço também na agência Centro ou se eles serão absorvidos pela agência da praça Portugal.

Apesar do gerente regional também afirmar que “incorporação não é motivo de demissão”, o **Sindicato** acompanhará de perto todo o processo de fusão das unidades, pois em ocasiões anteriores, o banco promoveu demissões alguns meses depois do fechamento de uma agência.

Descumprimento de liminar

O protesto também denunciou à população e imprensa que o Bradesco ainda não cumpriu a liminar, conquistada pelo **Sindicato dos Bancários de Bauru e Região** através de um mandado de segurança, que determinou a reintegração de todos os funcionários demitidos sem justa causa durante a pandemia de coronavírus. Em Bauru e região foram demitidos 43 bancários durante a pandemia.

No dia 13 de setembro, a Justiça impediu o banco de realizar dispensas imotivadas, enquanto for considerada a existência da pandemia de Covid-19 pela Organização Mundial da Saúde (OMS), e definiu que fosse realizada em cinco dias a reintegração dos trabalhadores desligados injustamente, sob pena de multa de R\$50 mil por dia de descumprimento. No entanto, a determinação não foi cumprida até o momento.

Vale lembrar que no ano

passado, o Bradesco, assim como outros maiores bancos do país, havia assumido o compromisso de não demitir durante o período de crise sanitária. A promessa gerou expectativa positiva nos trabalhadores, mas, infelizmente, revelou-se uma mentira. Milhares de bancários já foram demitidos em todo o Brasil, não somente pelo Bradesco, mas também pelo Itaú e pelo Santander.

O **Sindicato** já peticionou ao judiciário informando que

o Bradesco está descumprindo o mandado de segurança. Nesta mesma petição pede-se o pagamento da multa e a responsabilização de algum gestor do banco pelo descato. A verdade é que o Bradesco abusa do seu poderio econômico, afinal o que são R\$ 50 mil por dia para um banco bilionário?

O **Sindicato** espera que o judiciário faça valer sua decisão, responsabilizando quem deu a ordem pela não reintegração dos 29 demitidos.

Veja o vídeo do protesto em nosso canal do YouTube



Acompanhe o registro do protesto realizado no último dia 14, contra o fechamento da agência do Bradesco em Bauru e pelo cumprimento da decisão da justiça de reintegrar os bancários demitidos na pandemia, além de outros conteúdos informativos pelo endereço: www.youtube.com/sindicatobancariosbauru

Bancários da Caixa terão que pagar 13º do plano de saúde, após acordo entre o banco e Contraf-CUT



Na última quarta-feira, dia 13, a Caixa e a Contraf-CUT chegaram a um acordo em relação ao novo custeio do Saúde Caixa: que todos os participantes do plano passem a pagar uma 13ª mensalidade.

A proposta mantém o teto de gastos da Caixa de 6,5% com saúde. Para o **Sindicato dos Bancários de Bauru e Região**, a manutenção é um erro, afinal tira a responsabilidade do patrão de pagar pela saúde dos empregados. Com o teto, quanto mais os empregados forem vítimas de doenças (muitas delas

causadas pela própria Caixa), mais serão vítimas também do aumento do custo do plano. Resultado: empregados cada vez mais doentes e mais pobres.

A desculpa para aceitar esse acordo, que ainda deverá passar por assembleia, é que o banco queria acabar com a proporcionalidade de 70/30 (70% do custo arcado pelo banco e 30% pelos participantes), com a solidariedade entre os participantes, com o pacto intergeracional e partir para a individualização total, implantando um sistema de mensalidades

definidas a partir da idade e dos salários, encarecendo demasiadamente o plano para a grande maioria dos participantes.

Para o **Sindicato**, defender essa proposta sem sequer tentar organizar um calendário de lutas e resistência é apenas mais um capítulo da cumplicidade da Contraf-CUT com os ataques de todos os últimos governos aos bancários. O departamento jurídico da entidade vai estudar a minuta de acordo para ver se existe a possibilidade de alguma iniciativa legal.

Deputados cobram explicações sobre tráfico de influência de Michelle Bolsonaro na Caixa

Deputados federais do PT apresentaram no dia 5, um requerimento de informações solicitando ao ministro da Economia, Paulo Guedes, esclarecimento a respeito de denúncias de uso da Caixa Econômica Federal pela esposa do presidente Jair Bolsonaro, Michelle Bolsonaro.

Segundo reportagem da revista **Crusoe**, Michelle teria atuado para liberar empréstimos da Caixa a comerciantes e pequenos empresários próximos da família presidencial. O esquema foi realizado junto ao presidente da Caixa, Pedro Guimarães. A maioria das operações foi assinada em uma agência em Taguatinga, cidade vizinha a Brasília.

“A pedido da sra. Michelle Bolsonaro e conforme conversa telefônica entre ela e o presidente Pedro, encaminhamos os documentos dos microempresários de Brasília que têm buscado crédito a juros baixos”, dizia

o e-mail escrito pela assessora especial da Presidência da República, enviado à Caixa em maio passado.

Ainda segundo a revista que publicou a denúncia, os empréstimos aos amigos de Michelle Bolsonaro foram concedidos por meio do Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe), lançado pelo governo para oferecer dinheiro com juros baixos e condições facilitadas a micro e pequenas empresas durante a pandemia de Covid-19.

O requerimento enviado à Guedes pelos deputados federais é baseado na Lei nº 12.527, que assegura o direito fundamental de acesso à informação, e destaca que o presidente da Caixa concordou e se empenhou para “ilegalmente e criminosamente, privilegiar interesses privados da esposa do Presidente da República e deste (seus apoiadores), em detrimento da observância dos

princípios da administração (moralidade e impessoalidade) e da legislação que deve nortear a concessão de créditos pela referida Instituição Financeira Pública”.

MPF

A Procuradoria da República do Distrito Federal decidiu investigar o caso e a apuração deverá ser feita no inquérito que investiga a suposta pressão política do presidente da Caixa sobre a Federação Brasileira de Bancos (Febraban) a fim de impedir a entidade a aderir a um manifesto organizado pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp).

De acordo com a reportagem da mesma revista, o senador Flávio Bolsonaro seria o responsável pelo direcionamento de mais de R\$ 50 milhões (de um total de R\$ 87,5 milhões) que a Caixa investiu em patrocínios, entre janeiro e agosto deste ano. Já Michelle Bolsonaro

tem como foco beneficiar Organizações Não-Governamentais (ONGs) ligadas a igrejas evangélicas. Segundo a revista, uma associação beneficente, chamada “Criança Cidadã”, recebeu dois aportes do banco público: um de R\$ 1,75 milhão, em 2019, e outro de R\$ 2,2 milhões em abril deste ano.

O **Sindicato dos Bancários de Bauru e Região** repudia o esquema criminoso

realizado por Michelle Bolsonaro e Pedro Guimarães. Ao contrário desses comerciantes e pequenos empresários que receberam uma “ajudinha” da primeira-dama e do presidente da Caixa, milhares de pequenas empresas que lutavam para impedir o fechamento dos negócios no auge da pandemia, tiveram dificuldade para obter acesso a linhas de crédito oficiais. Injustiça!



Provas da interferência da primeira-dama dentro da Caixa foram alvo de reportagem e capa da revista “Crusoe” na última semana; princípio de impessoalidade que rege todos os processos do poder público brasileiro é ignorado por Bolsonaro e sua família diariamente. Seu filho, senador Flávio, tem participado do direcionamento mais de 50% de toda verba para patrocínios do banco à seus amigos empresários

Lucro de quase R\$ 100 bilhões não impede bancos de extinguir mais de 11 mil postos de trabalho durante pandemia

Todos os números mostram: o cenário da economia brasileira é catastrófico. Segundo os dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) o país atingiu 14 milhões de trabalhadores desocupados. A pesquisa também aponta quase 32 milhões de trabalhadores subutilizados, pessoas em ocupações precarizadas, aquelas que não completam nem uma jornada de trabalho.

Já a inflação, de acordo como INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor), supera dois dígitos em 12 meses e chega em 10,42%. A defasagem do poder de compra do salário mínimo também é

nítida para qualquer leigo em economia.

Do outro lado da moeda, o setor mais rentável do Brasil acumula nova alta de 11,7% em seus lucros, medidos entre julho do ano passado e junho de 2021. Juntos, os cinco maiores bancos do país, somaram R\$ 99,5 bilhões de lucro nesse período. Na comparação entre as despesas administrativas de 2019 e 2020, a pandemia ajudou Bradesco, Santander, Itaú, Banco do Brasil e Caixa a economizarem, no mínimo, R\$ 766 milhões com despesas administrativas (como água, luz, gás, vigilância, transporte, viagens, conser-

vação de bens, etc).

O problema é que toda essa vantagem não impediu que a extinção de postos de trabalho da categoria bancária tivesse fim. Um levantamento feito com base nos dados do Caged (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados), entre março de 2020 e agosto de 2021, mostra que foram eliminadas quase 11 mil vagas no setor. O quadro só não foi pior porque a Justiça determinou a contratação de 4,5 mil trabalhadores aprovados no concurso da Caixa em 2014.

Para o **Sindicato dos Bancários de Bauru e Região** esse novo recorde de lucratividade dos cinco maiores bancos bra-

sileiros é uma afronta ao difícil momento econômico que a maioria dos trabalhadores brasileiros está passando. Esses números mostram que é preci-

so seguir lutando por reajustes salariais, plano de saúde, pagamento de horas extras, fim do assédio e tantas outras reivindicações urgentes.



BB e Bradesco ainda não pagaram ajuda de custo aos bancários que estavam em home office

No acordo específico firmado em 2020 entre o Banco do Brasil e o movimento sindical, ficou determinado que os bancários que atuam em mais de 50% dos dias úteis do mês em home office, irão receber do banco ajuda de custo no valor de R\$ 80,00/mês. A ajuda seria paga assim que o decreto de estado de calamidade pública, decorrente da pandemia da Covid-19, perdesse a validade.

Como o BB anunciou em um comunicado interno, no

dia 6, que irá retomar o trabalho presencial gradativamente - mesmo com a continuidade da pandemia - até atingir o percentual de 100% dos empregados em dezembro, o **Sindicato dos Bancários de Bauru e Região** acredita que não há motivos para que a ajuda de custo não seja paga imediatamente aos bancários que estavam em home office.

Além disso, é importante ressaltar que o banco afirmou no comunicado que “sempre que a natureza do trabalho

permitir, parte dos funcionários de uma mesma equipe poderá permanecer em trabalho remoto, preservando-se o maior número possível de indivíduos e evitando-se a eventual contaminação de todas as pessoas de uma mesma área”. Contudo, os funcionários que trabalham em áreas meio e escritórios onde há, facilmente, a possibilidade de realizar o serviço remotamente, estão sendo convocados a retornarem ao trabalho presencial.

Bradesco

No ano passado, o movimento sindical também aprovou um acordo aditivo do Bradesco que trata do teletrabalho. Conforme o acordo, o banco iria oferecer “ajuda de custo em dinheiro, mediante pagamento direto ou reembolso, no valor mínimo de R\$ 1.080 pago de uma única vez, no primeiro ano, no prazo de até 60 dias a contar da formalização do teletrabalho, se não conceder em comodato a cadeira e no valor de R\$ 960

no ano subsequente, que poderá ser pago de uma só vez ou parcelado em até 12 vezes, a critério do banco”.

Assim como o BB, o Bradesco começou a convocar os bancários que estavam em home office a retornarem ao trabalho presencial e, mesmo assim, ainda não pagou a ajuda de custo a eles. Por conta disso, o Sindicato resalta que o Bradesco também tem que pagar rapidamente esse direito aos seus empregados.



No último dia 7, o diretor do **Sindicato** Alexandre Morales realizou visita ao acampamento “Plínio de Arruda Sampaio”, do MST (Movimento dos Trabalhadores Sem Terra), localizado na região de Avaí. Na ocasião, foi feita a doação de cestas básicas para auxiliar na subsistência do grupo diante de um cenário econômico de in-

flação descontrolada gerada pelo governo Bolsonaro.

O encontro também contou com a participação de Vagner Crusco, do PCO (Partido da Cusa Operária), que efetuou a entrega de livros didáticos doados pela Apeoesp (Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo) para contribuir com a educação de crianças e

jovens do MST.

O **Sindicato** realizou filmagem com objetivo de apresentar um pouco do estilo de vida dos assentados e quebrar o preconceito que existe em relação a estes trabalhadores. O vídeo será divulgado em breve no canal do **Sindicato dos Bancários de Bauru e Região** no YouTube.

OUTUBRO ROSA

Bancária, previna-se contra o câncer de mama!

Chegou a hora de ampliar-mos a conscientização entre as bancárias sobre a importância da realização de exames para a prevenção do câncer de mama. Este é o objetivo da campanha Outubro Rosa.

Segundo o Instituto Nacional do Câncer (INCA), este é o segundo tipo de câncer mais comum entre as mulheres no Brasil, atrás apenas do câncer de pele, e corresponde a 29% dos novos casos da doença registrados anualmente.

O diagnóstico precoce é fundamental para aumentar as chances de cura e a qualidade de vida das mulheres que forem diagnosticadas. Especialistas apontam que 95% dos casos de câncer de mama diagnosticados no início têm possibilidade de cura.

Pandemia

Segundo pesquisa realizada pelo Ipec (Inteligência em Pesquisa e Consultoria), a pedido da farmacêutica Pfizer, no ano passado, cerca de 62% das mulheres no Brasil deixaram de marcar consultas com ginecologistas ou mastologistas por conta da pandemia de Covid-19, e em 2021 este índice já é de 47%. A estimativa do INCA é contabilizar 66 mil novos casos de câncer de mama por ano no período de 2020 a 2022.

Santander e Bradesco

Para ajudar na prevenção à saúde das mulheres, o Santander isentou, durante este mês, a cobrança de coparticipação no plano de saúde de suas funcionárias para os exames de ultrassonografia de mamas, mamografia, papanicolau, colposcopia e ultrassonografia transvaginal.



Amigas do Peito realizaram assembleia e evento de abertura da campanha Outubro Rosa no ginásio do Sindicato dos Bancários de Bauru e Região, no último dia 5

Os funcionários do Bradesco também vão contar com o benefício este mês.

Amigas do Peito

No dia 5, o Sindicato dos Bancários de Bauru e Região cedeu o ginásio da entidade pa-

ra que o grupo Amigas do Peito Bauru realizasse uma assembleia para deliberações internas e apresentações de relatórios e balancetes. Além disso, ocorreu a abertura da campanha, com apresentação de dança e confraternização entre as participantes.

Mesmo na pandemia, o grupo Amigas do Peito Bauru não

parou de entregar de lenços e gorros aos pacientes que estão fazendo quimioterapia no Hospital Estadual. Até o momento, foram entregues 620 gorros e 480 lenços. O Sindicato parabeniza o trabalho dessas mulheres e reafirma seu compromisso de sempre ajudar na divulgação da campanha.

Bolsonaro despreza pobreza menstrual que atinge milhões de brasileiras e veta distribuição gratuita de absorvente

O presidente Jair Bolsonaro vetou, no último dia 7, a distribuição gratuita de absorvente menstrual para pessoas em situação de rua ou de vulnerabilidade extrema, para estudantes de bai-

xa renda de escolas públicas e para presidiárias.

A proposta (PL 4.968/2019), da deputada Marília Arraes (PT-PE), foi aprovada pelo Senado em 14 de setembro. A medida tinha a

intenção de combater a pobreza menstrual que atinge milhões de brasileiras - falta de recursos para a compra de absorventes higiênicos.

Sem concordar com a proposta, Bolsonaro somente sancionou o Programa de Proteção e Promoção da Saúde Menstrual, que obriga o poder público de promover campanha informativa sobre a saúde menstrual e as suas consequências para a mulher. Sobre o veto, o presidente alegou que "os absorventes higiênicos não se enquadram nos insumos padronizados pelo SUS, portanto não se encontram na Relação Nacional de Medicamentos Essenciais, além disso, ao estipular as be-

neficiárias específicas, a medida não se adequaria ao princípio da universalidade, da integralidade e da equidade no acesso à saúde do SUS".

Indignadas com a decisão do presidente, senadoras e deputadas - com apoio de outros parlamentares - articulam a derrubada do veto pelo Congresso, por no mínimo 257 votos de deputados e 41 de senadores.

Pobreza Menstrual

De acordo com pesquisa realizada por Toluna e Mirian Goldenberg, uma a cada quatro brasileiras já precisou faltar à escola por não poder comprar absorventes. Sem acesso ao item, brasileiras

acabam utilizando papel higiênico, roupas velhas, toalha de papel, tecidos e até mesmo miolo de pão e jornal.

Sem condições adequadas para a higienização e muitas vezes sem até banheiro dentro de casa - ou sem água, descarga ou papel higiênico -, essas mulheres passam por constrangimentos em todos os âmbitos (escolar, trabalho, familiar).

Para o Sindicato dos Bancários de Bauru e Região, o veto de Bolsonaro demonstra ainda mais sua insensibilidade e desprezo com a dignidade e saúde das mulheres vulneráveis. A distribuição gratuita de absorventes é uma questão de saúde pública!

Basta de retrocesso!



BANCÁRIOS NA LUTA

Jornal do Sindicato dos Bancários e Financieiros de Bauru e Região
www.seebbauru.org.br
contato@seebbauru.org.br

Edição: Diretoria do Sindicato. Redação e Diagramação: Estela Pinheiro e Paulo Eduardo Tonon (com Diretoria do Sindicato).
Todas as opiniões expressas neste jornal são de responsabilidade da Diretoria do Sindicato

Sede: Rua Marcondes Salgado, 4-44, Centro, Bauru, SP - CEP 17010-040. Fone: (14) 3102-7270 / Fax: 3102-7272.

Subsede Avaré: Rua Rio Grande do Sul, 1.735. Fone: (14) 99868-5114.

Subsede Piraju: Rua Ataliba Leonel, 159, Sala 6. Fone: (14) 99838-1160.

@seebbauru

sindicatobancariosbauru

@bancariosbauru

sindicatobancariosbauru